

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, FUNDAÇÃO ANA LIMA E PROJETO ILHAS: SERIA ESTE UM CAMPO DE ATUAÇÃO DO CIENTISTA SOCIAL?

NON-FORMAL EDUCATION, FOUNDATION ANA LIMA AND ISLANDS PROJECT:
WOULD THIS BE A PRACTICE FIELD OF SOCIAL SCIENTIST?

*Patrícia Maria Apolônio de Oliveira; Thiago César Martins do Nascimento**

Cite este artigo: OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio de. NASCIMENTO, Thiago César Martins do. Educação não formal, Fundação Ana Lima e Projeto Ilhas: seria este um campo de atuação do cientista social? **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 29-41. Março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: Esse artigo disserta sobre a educação não formal, suas práticas de ensino e a possibilidade de atuação do cientista social neste campo. É resultado de uma pesquisa empírica sobre a Fundação Ana Lima, que tem como principal atividade o Projeto Ilhas. Este Projeto assiste, mediante práticas de educação não formal voltadas para a cidadania, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social do município de Fortaleza. A realização da pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, em que utilizamos como instrumento para coleta de dados entrevistas semiestruturadas e auxílio de teóricos do cerne supracitado. A partir das observações das atividades de teatro, buscamos compreender como se constrói o processo de formação cidadã dos jovens atendidos pelo projeto. Nesse exercício, percebemos ranhuras nos processos educativos, principalmente no tocante a formação crítica dos participantes, estando em atenção à formação profissional do facilitador do espaço em questão. Nesta ambiência, percebe-se um campo fértil para atuação do cientista social, este último possivelmente habilitado para atuar com ensino, pesquisa e extensão, bem como desenvolver uma boa formação crítica e cidadã junto às crianças e jovens do Projeto.

Palavras-chave: Educação não formal. Cidadania. Fundação Ana Lima. Projeto Ilhas. Cientista Social.

Abstract: This article talks about the non-formal education, their teaching practices and the possibility of the social scientist in this field. Is the result of an empirical research about the Foundation Ana Lima, which has as its main activity the Islands Project. This project assists, through non-formal education practices focused on citizenship, children and youth in situation of social vulnerability in the city of Fortaleza. The realization of the research was based on a qualitative approach, in which we use as a tool for data collection semi-structured interviews and assistance of the aforementioned theoretical core. From the observations of theatre activities, we seek to understand how to build the civic education process of youth served by the project. In this exercise, we realize educational process slots, especially with regard to critical training of participants, focus on professional training of the facilitator of the space in question. In this ambience, a fertile field for role of the social scientist, the latter possibly enabled to work with teaching, research and extension, as well as develop a critical education and citizen next to the children and youth of the project.

Keywords: non-formal education. Citizenship. Ana Lima Foundation. Islands Project. Social scientist.

Este trabalho [1] tem como objetivo inicial problematizar a inserção do ensino das Ciências Sociais no campo da educação não formal. Nessa faina, buscamos identificar formas de interação entre esta modalidade de ensino contíguo aos saberes das Ciências Sociais, discutindo de que forma o cientista social pode atuar na educação não formal. Nosso desafio é discutir como as Ciências Sociais poderiam ser introduzidas neste espaço de aprendizagem que aparentemente diverge da disciplina de sociologia na educação formal. Neste trabalho, levamos em consideração a ideia de que o ensino das Ciências Sociais utiliza e/ou tem capacidade de manusear um vasto *portfólio* de recursos multidisciplinares que, por diversas vezes, fogem da dinâmica do ensino formal. Explicitamos, mediante um exemplo: em sala de aula, na sociologia do ensino médio, o professor se utiliza de uma ampla área de conhecimento que dialoga com a cidadania, a história, a ética, a literatura, as artes etc., para assim, tratar do conteúdo programático. Desse modo, pode interagir com a diversidade de recursos disponíveis em áreas afins e realizar uma boa mediação didática.

Tendo como base essa dimensão das ciências socais e suas possibilidades de educação, analisamos a experiência de uma instituição social que desenvolve o ensino não formal, em especial, um de seus projetos que capacita crianças e jovens para habilidades teatrais.

1. Educação não formal entre os movimentos sociais e a cidadania

Podemos afirmar que a educação não formal tem uma ligação direta com os movimentos sociais populares, pois a construção destes gera uma carga de conhecimentos e aprendizados que vão além da educação formal (GOHN, 1992). Os saberes apreendidos no seio dos movimentos sociais populares, em sua pluralidade, têm como horizonte de objetivação, a gestação das ba-

ses materiais e subjetivas para a transformação social, perpassando a mobilização e a formação crítica dos indivíduos inseridos nos espaços em questão.

Nesta empreitada, cada morador/cidadão é sujeito central, tendo significante importância. Somente com a participação autônoma e consciente desses indivíduos é possível gerir um diagnóstico dos problemas existentes e conseqüentemente organizar programas de reivindicação que buscam sanar as contrariedades locais. Segundo a socióloga Gohn (1992: 17):

Um processo educativo no interior de processos que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressupostos básicos, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

É nesta perspectiva que observamos que o ensino das Ciências Sociais vai ao encontro da educação não formal, pois, um dos eixos da Sociologia é o estudo dos movimentos sociais populares como forma de compreender a sociedade na qual estamos inseridos. Com essa compreensão, percebemos que nossos ensinamentos devem ir além das salas de aulas.

Na educação formal, o objetivo das Ciências Sociais no âmbito da rede de ensino básico é contribuir para a formação de cidadãos críticos da sociedade em que vivemos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1996: 36), a disciplina de Sociologia conjuga habilidades diversas, do campo da antropologia ao da ciência política, elencando fatores determinantes para a formação de indivíduos inquietos, duvidosos, que se compreendem imersos dentro de uma superestrutura condicionada por seus próprios pares e passível de mudança.

Enfatizam-se dois eixos fundamentais em torno dos quais vêm se construindo grande parte tradição sociológica: a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social.

Quando compreendemos os movimentos sociais, de base popular, como espaços potencialmente educativos que se dispõem a pensar no social como uma forma de aprendizado, estamos também articulando as potencialidades do ensino das Ciências Sociais com a elaboração de recursos intelectuais críticos a serem construídos para e com os educandos, pois assim, os conduzimos a certas percepções das relações sociais, mais concretas e urgentes, com ação e finalidade que acontecem fora da órbita da educação escolar formal.

No caso da educação para além do âmbito institucional escolar, acreditamos que, por mais que a educação não formal seja mais flexível se comparada com a educação formal, ela tem também em sua proposta uma intencionalidade, ou seja, finalidades, metas, propostas e até mesmo métodos:

Quando falamos de intencionalidade, estamos nos referindo à finalidade de cada ação, de cada prática, quer em âmbito educacional ou mesmo social, ação esta que na educação tem a finalidade de educar o indivíduo e nos movimentos sociais objetiva garantir o mínimo de equidade social dos direitos desses indivíduos.

Na educação não-formal, assim como na educação formal, a intencionalidade é preceito básico para a consecução de suas atividades, mesmo porque tanto o educando precisa se predispor ao processo educacional para que haja qualquer aprendizado, quanto a instituição de ensino, ou mesmo a entidade que realiza o trabalho educacional precisa se predispor a realizar tal processo (ARAÚJO, 2007: 14-15).

No entanto, na educação não formal, essa rotina não é tão compartimentada, devendo se adequar sensivelmente à realidade da comunidade ou do grupo social para o qual se propôs,

pois, como a educação não formal tem como interesse inicial a socialização para a formação do cidadão, ela requer uma adaptação das rotinas educativas de acordo com o público que atende, ou seja, é necessário uma sensibilidade imediata com a vida diária, com a rua, a esquina, o campo de futebol, a praça e outros lugares de socialização e conflitos.

A educação não formal idealmente deve enfatizar a vontade de querer aprender, de estimular desejos no indivíduo de adquirir novos conhecimentos (SIMSON, PARK e FERNANDES, 2001). No entanto, muitas vezes esse desejo está silenciado, desse modo, os projetos de educação não formal podem funcionar como formas educativas de estimular suas expressões. Nesse sentido, não importam muito as questões espaciais, nem a rigidez dos horários para os sujeitos nessa educação (*ibidem*, 2001), diferentemente do ocorrido no domínio institucionalizado da educação formal.

Entendemos, no entanto, que é preciso compreender que a construção da interação e participação na educação não formal pode enfrentar conflitos particulares nos contextos políticos em que as práticas se concretizam. Com frequência, os projetos de educação não formal dependem das relações estabelecidas com seus agentes financiadores, com grupos políticos locais e/ou regionais, associações e demais. Sinalizamos, então, que os objetivos da educação não formal estão por vezes intimamente relacionados à instituição ou ao movimento social popular que irá executá-la.

Sabemos também da presença de inúmeras vertentes e motivações a serem trabalhadas por essa educação. Por exemplo, há práticas educacionais não formais que são descontextualizadas do processo educacional, assim como outras que priorizam um trabalho pontual da *cidadania*, sobretudo na visão de que:

[...] a Cidadania e os Direitos Humanos não podem ser entendidos, meramente, como direitos subjetivos, inerentes aos indivíduos e conquistados ao nascer. Devem, antes de tudo, ser conquistados diariamente, por cada cidadão, através da conscientização social. O Estado, contudo, não deve se eximir de sua parcela de contribuição. Cabe a ele o dever de proporcionar condições para o exercício pleno da Cidadania e dos Direitos Humanos dentro do meio social (SIQUEIRA e LOPES, 2002: 3).

Assim, como a educação formal não esgota as possibilidades de se trabalhar o exercício da cidadania na escola, a educação não formal tem em seu eixo central o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, já que visa maior interação entre o ser individual e o ser social, pois a prática da educação não formal busca desenvolver um ser humano que utiliza as relações sociais como base para o desenvolvimento humano.

1.1 Ensino das Ciências Sociais e a possibilidade de um ensino não formal

Bernard Lahire (2013) faz uma análise sobre o processo histórico e as concepções de ensino de Sociologia na tentativa de explicar a relação entre o fazer sociológico e o ensinar sociologia. Para esse autor, o ensino de sociologia está totalmente imbricado do fazer sociológico, porque desde o surgimento da disciplina nos deparamos com a necessidade de buscar a utilidade e a validade desse campo do saber. Nessa empreitada, o pesquisador se depara com questionamentos do fazer que giram em torno de duas questões: “o que é” e “para que serve” a Sociologia. Para o intelectual francês, esse fazer produz um conhecimento que necessita ser repassado, ou seja, é preciso instigar e questionar. Segundo o autor, são atos pedagógicos e também sociológicos.

Dentre esses questionamentos sobre utilidade, ensino e fazer sociológico, Lahire apresenta uma nova visão para se pensar o ensino de Sociologia, propondo a inserção dos “momentos sociológicos” em todo o processo de escolarização. Responde também a vários questionamentos históricos sobre o que é a disciplina, para, assim, dissertar como ela poderia contribuir para a formação crítica do alunado. Importante ressaltarmos que o fazer sociológico proposto por Bernard Lahire se alia às propostas do Ministério de Educação (MEC) no que concerne a disciplina de sociologia da educação básica contígua às atividades docentes do profissional licenciado em Ciências Sociais.

De acordo com o edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de Sociologia, para os livros submetidos serem aprovados, uma série de critérios devem ser alcançados, se sobressaindo para nós neste momento, os critérios de interdisciplinaridade constante entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bem como a necessidade de um rigor teórico e conceitual.

Entendemos que o fazer sociológico e o ensinar sociologia defendido por Lahire aglutina os saberes condensados nos três campos de estudo que alicerçam a grande área das Ciências Sociais. Porém, como bem assinala o PNLD, esses saberes devem ser interdisciplinares, ‘enamorado’ cotidianamente, instituídos da mesma importância e manejo em sala de aula. Tal proposta requer um saber teórico e conceitual rigoroso, postulando uma constante vigilância epistemológica. Entrementes, esse conhecimento científico deve ser traduzido em conhecimento escolar, acessível, de compreensão dos educandos, porém sem esfacelar o núcleo duro do conceito, autor e/ou corrente teórica.

O profissional de Sociologia na verdade é um cientista social. As competências assinaladas no parágrafo anterior só podem ser movimentadas harmonicamente na existência de um domínio reflexivo amplo, macro estrutural, características próprias desse profissional. A nomenclatura que parece ser fechar limitadamente a Sociologia, como uma camisa de força, na verdade, como nos lembra o PNLD (2015: 12), trata-se de um consenso e não de uma hierarquia da sociologia sobre as demais.

No processo de institucionalização da Sociologia foi se consolidando o que podemos chamar de consenso, que a disciplina é denominada Sociologia, mas que os conteúdos devem ser das “Ciências Sociais.” Essa meta abre possibilidades e enriquece o currículo no ensino médio, favorecendo-se diferentes alternativas ao se realizar a mediação didática.

Nesse sentido, a análise que empreendemos a respeito da Fundação Ana Lima, também nos leva a entender que, assim como Bernard Lahire coloca em seu texto “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de sociologia” (LAHIRE, 2013), a sociologia não deveria ser inserida por acaso no ensino, mas sim de forma que pudesse acompanhar o crescimento social do aluno em todos os âmbitos em que estivesse inserido. É desta forma que a disciplina teria papel importante no processo de formação cidadã do indivíduo, sobretudo no campo da educação não formal, dado que não desvincula o ensino das práticas sociais e culturais nas quais o aluno está engajado cotidianamente, além de ampliar seu sentimento de pertencimento, fazendo-o partícipe de múltiplos campos sociais. O próprio autor coloca que é necessário que cada pessoa consiga se relacionar com cada esfera da teia social, de forma independente e segura, para assim compreender a realidade que o cerca.

A Ciência Social, nesse contexto de discussão, não perde, portanto, sua força crítica e interventora no âmbito da educação não formal. Ao contrário, ela fornece os recursos simbólicos e intelectuais necessários para a inserção do ensino não formal no campo da problematização social promovida pelo fazer sociológico, não importando a ambiência de atuação, seja nas instituições escolares propriamente ditas ou por instituições sociais outras que assumem um papel interventor na formação socioeducativa de crianças, jovens e adultos.

Ambos os ensinos, o formal e o não formal, sob orientação docente das Ciências Sociais, podem levar o homem a uma visão de mundo mais ampliada. Essa descoberta ou desvendamento do mundo se dá através da imaginação sociológica, conceito inferido por C. Wright Mills (1982).

Por meio do exercício de imaginação sociológica podemos alcançar a capacidade de transformação não só do plano individual, limitado a avanços ‘intelecto críticos’ de sujeitos sazonais, mas, sobretudo, ascender a agendas de lutas que vislumbrem mudanças macroestruturais, sendo estas possíveis a partir das relações que o sujeito estabelece com o seu meio social mais imediato ou mais conjuntural. Ou seja, a imaginação sociológica ultrapassa o ensino formal, sendo atribuído à sociologia ou às outras áreas dessa ciência um vasto campo de atuação. Ainda com base em Mills (1982: 17):

Ter consciência da ideia de estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala. Ser capaz de usar isso é possuir a imaginação sociológica.

Mantendo a lógica do pensamento de Lahire (2013) e Mills (1982), podemos pensar em um ensino das Ciências Sociais capaz de contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, de ampliar seu conhecimento de mundo. Nesse sentido, acreditamos que a Sociologia possa ser inserida na educação não formal como parceira dessa construção social. Sabemos que não é apenas função das Ciências Sociais essa construção crítica. Todas as áreas do conhecimento têm esse objetivo, independentemente da forma educacional adotada (se formal ou não formal), no entanto, aqui trazemos uma reflexão sobre no que as Ciências Sociais podem contribuir para ampliar o conhecimento de mundo de indivíduo tal como é proposto nas práticas do ensino não formal.

Nossa proposta busca compreender e identificar as habilidades individuais dentro de um sistema de ensino não formal, que visa pensar no social de maneira transformadora. Entendemos que esta reflexão e este ensino podem transformar-se em práticas cotidianas, ou seja, em ação concreta. O ambiente educacional, não importando qual seja, tem de ser propício a um desenvolvimento do pensamento crítico, argumentativo e reflexivo no seu público, pois assim, poderemos colaborar para construção de indivíduos em vias de emancipação para a sociedade. Foi nesse intuito que analisamos uma instituição não governamental que promove ações de educação não formal, tentando pensar nesta contribuição da Sociologia para este tipo de ensino de forma efetiva.

2. Escolha metodológica da pesquisa

Para a realização de nossa pesquisa, visitamos uma instituição não governamental que promove, dentro de seu quadro de atividades, práticas de ensino não formal. A visita foi feita

tendo em vista os seguintes objetivos: a) analisar o processo de educação em práticas sociais de uma instituição não escolar; b) identificar, nas práticas sociais analisadas, elementos que caracterizam a educação não formal; c) observar a forma como o/a profissional (o professor (a) / facilitador (a)) trabalha para promover aspectos de mobilização, formação e leituras críticas do social e; d) identificar em que medida a instituição fornece participação coletiva na construção do aprendizado das crianças e jovens atendidos.

Ressaltamos que, nas identificações dos sujeitos, fragmentos de entrevistas e/ou conversas informais citadas neste artigo, todos os sujeitos receberam nomes fictícios de ilustres personagens latino-americanos (Frida, Neruda, Mercedes e Sandino) a fim de mantê-los, por questões de ética, no anonimato.

A instituição escolhida para análise foi a Fundação Ana Lima, uma entidade sem fins lucrativos, braço social do grupo de saúde HAPVIDA, que atua a 13 anos no Nordeste, tendo filiais no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia. A Fundação presta serviços na área de saúde, assistência social e geração de renda para as comunidades economicamente pobres.

Os projetos realizados pela Fundação são: Ilhas, Embarcação, Sopão da Vida, Amor à Vida, Café da Manhã, Casa Abrigo, Casa do Idoso e Meninas dos Olhos de Deus. Dentre os objetivos da Fundação Ana Lima, encontramos: promover uma parceria entre os pais e as escolas que atendem os jovens que participam das atividades realizadas pela fundação a fim de que diminua a evasão escolar; promover uma elevação da autoestima familiar; construir a inserção dos pais no mercado de trabalho; colaborar para a descoberta de novos talentos nas áreas artísticas; e, por fim, proporcionar uma maior qualidade de vida para a população atendida com acompanhamento nutricional, psicológico e outros.

A análise da pesquisa se propõe a observar mais precisamente, o projeto Ilhas. Sendo este o primeiro a ser gerido pela Fundação e, de acordo com os envolvidos originários, pelo seu ótimo desempenho, se tornou em pouco tempo a atividade mais importante, contando com uma maior equipe de mobilização. A proposta oficial é de práticas de educação não formal para atendimento de crianças e jovens, dos 7 aos 17 anos de idade, da comunidade do bairro Pirambu e de seu entorno, localizado na zona oeste da cidade de Fortaleza. Suas atividades centrais giram em torno de assistências médicas, educacionais e artísticas no período/turmo diferente ao da escola. A principal visão do projeto Ilhas é que “salvar uma criança é salvar o mundo”[2]. É com esse intuito que trabalham o ensino das artes, sendo elas especificamente o teatro, a dança, a percussão e a musicalização/coral. Também são efetivadas atividades de leitura e oralidade, raciocínio lógico, reforço escolar, saberes propedêuticos em informática e recreação.

O trabalho de educação, por meio do desenvolvimento das artes, comporta níveis diversos de complexidade. Essa divisão é feita mediante avaliações que visam apreciar os jovens participantes de maneira quantitativa e qualitativa, pois para o Ilhas, o processo de avaliação é consecutivo e sistêmico, pelo qual é verificado o êxito dos objetivos propostos nas disciplinas supracitadas. Nesses eixos são registrados os acompanhamentos individuais que, a cada período de encerramento, verificam os resultados dos rendimentos das crianças e adolescentes atendidos pelo projeto. Consequentemente, esta avaliação gera novas rotinas de trabalho sobre os rendi-

mentos encontrados, ou seja, o jovem pode ascender de nível a partir dos resultados considerados positivos dessa avaliação.

Os trabalhos vão do nível I ao nível IV. Esses níveis de aprendizagem estabelecem as relações entre os Laboratórios de Artes, que são as disciplinas obrigatórias [3], e os Grupos Fixos [4]. Segundo o Projeto Político Pedagógico - PPP, essa divisão tem como estratégia de trabalho:

Como estratégias de trabalho para a efetivação dos objetivos estabelecidos para estas disciplinas em todos os níveis, temos o trabalho do lúdico ao concreto de forma criativa, com aulas e estratégias diferenciadas e não convencionais, reforçando o prazer pela descoberta, pelo conhecimento e pelo aprender propriamente dito, não objetivando a formação de artistas, muito menos a sua profissionalização (PPP – FUNDAÇÃO ANA LIMA, 2013: 26).

Na pesquisa, procuramos dar foco ao ensino não formal na modalidade artística do Teatro. Para isto, foram feitas visitas periódicas por cerca de três meses, tendo pelo menos uma visita em cada semana na sede da Fundação Ana Lima, exercendo leituras do PPP, conversas informais, observações das atividades e entrevistas com o professor de teatro do projeto, na qual iremos chamar de Neruda.

Buscamos fazer uma análise com dois aspectos: o primeiro seria uma descrição mais detalhada do Projeto Ilhas, seu funcionamento, suas estruturas, bem como sua forma de avaliação; e, depois dessa averiguação inicial, faríamos uma descrição do ensino do teatro, uma das áreas contidas no Ilhas, aliado a entrevistas com o mediador do espaço. Com este último foco, procuramos analisar, principalmente, qual a relação que o professor de Sociologia pode estabelecer com o ensino não formal.

A primeira visita à Fundação Ana Lima foi realizada no dia 24 de abril de 2014, no período da manhã. Fomos recebidos pela coordenadora pedagógica do Projeto Ilhas/NE, denominada neste artigo de Frida. A mesma já se encontrava à nossa espera, pois chegamos à Fundação por meio do supervisor artístico e educacional, Sandino. Logo, fomos apresentados a uma grande parte do programa. Conhecemos as salas de aulas, bem como a coordenadora geral do Ilhas, nomeada por nós de Mercedes. Nesse mesmo dia, tivemos contato com o PPP do Ilhas e também assistimos à primeira aula de teatro do grupo de alunos com o facilitador Neruda.

A visão inicial que tivemos do espaço foi de um grande galpão adaptado para as atividades da Fundação. Logo na entrada, um palco para as apresentações artísticas se ‘apropria’ visualmente do espaço. Ao lado do palco, há uma sala da coordenadora pedagógica. Do lado esquerdo, três espaços: as salas da coordenação e a sala de ensaio do teatro e da dança. Do lado direito, encontra-se o consultório odontológico e, ao fundo, as salas de aulas, ao todo quatro, uma para cada nível. Em vários lugares pudemos perceber que as paredes tinham murais com cartazes produzidos pelos próprios alunos.

O espaço livre na frente do palco é utilizado para as atividades de recreação, dança, educação física etc. Embora seja colocado, no conceito da educação não formal, que o espaço não é tão importante como o é para a educação formal, admoestamos a necessidade de um ambiente mais adequado para a boa prática do ensino das artes e das atividades educativas no geral. O espaço existente tem arquitetura débil, lembrando a geografia de uma grande fábrica. As salas, por exemplo, são bem pequenas. Na hora do intervalo e/ou atividades de lazer ao ar livre faltam bancos, mesas, almofadas, colchões para acomodarem as crianças e os adolescentes, e o teatro,

espaço mais importante da Fundação, apresenta tamanho modesto, espelhos quebrados, aparelhos danificados e ruim acústica. Em resumo, a estrutura da organização, por vezes, pode não subsidiar as necessidades candentes de cada momento educativo. Não afirmamos com isso a inexistência de uma atmosfera criativa. As crianças e os jovens em todas as visitas estavam com a “mão na massa”, elaborando atividades artísticas.

Atualmente, o Projeto Ilhas atende cerca de 200 jovens, de ambos os sexos, somando os dois turnos de funcionamento: manhã (das 7h20m às 11h30m) e tarde (das 13h10m às 17h). Há uma divisão das atividades por horário e por nível, o que possibilita aos jovens e as crianças participantes contato com todas as artes disponíveis.

Logo no primeiro convívio com o núcleo gestor da Fundação, foi citada a questão das avaliações que são trabalhadas com três elos de acompanhamento, uso de fardamento e rigidez nos horários. Estes elos são o desempenho do jovem no projeto, na escola e no âmbito familiar. Nesse ponto, podemos perceber a aproximação estrutural da proposta do Ilhas com a educação formal, porém ressaltamos que eles não usam notas para avaliar o desempenho do aluno, mas sim a questão da “evolução”, termo esse colhido por intermédio de entrevista com a coordenadora pedagógica, afirmando ser necessário um sistema de avaliação para medir o desenvolvimento dos participantes.

Essa fala traz um ponto pertinente a nossa análise. Temos aqui a questão dos “patrocínios ou financiamentos”, ou seja, a Fundação, assim como outras instituições, necessita dessa avaliação de desempenho para prosseguimento de suas funções. Consideramos assim, a existência de uma autonomia limitada na realização das propostas de educação não formal desenvolvido por esta instituição, pois muitas de suas ações são ditadas por seu financiador.

Falamos no início do artigo sobre o Sistema de Saúde HAPVIDA ser o principal braço social da Fundação Ana Lima. Essa afirmação está presente no PPP, sendo nomeado seu principal grupo parceiro desde seu surgimento (ano de 1999). Porém, podemos perceber com a nossa presença na organização de estudo, que o grupo HAPVIDA demonstrou/demonstra ser mais que um braço social. Em conversas, observações e documentos, podemos concluir que o grupo HAPVIDA também é o principal financiador, desse modo, não existe uma relação de parceria equânime entre as organizações, ao contrário, a empresa de saúde citada atua fortemente como fiscalizadora, demonstrando sua hierarquia e seus desejos para com cada prática socioeducativas desenvolvida.

Essa relação é emblemática. Até qual ponto a Fundação Ana Lima age de forma autônoma, tendo como termômetro de ação e objetivação as questões da comunidade expressas nas falas, nos pensamentos, nos movimentos das crianças e dos adolescentes envolvidos em suas atividades?

3. As aulas de teatro no Projeto Ilhas

Nas aulas de teatro, o professor Neruda maneja temas diversos, estabelecendo uma relação harmônica com os alunos. A ideia é que eles possam produzir esquetes teatrais diversificadas. Estas são analisadas pelo professor e pelo restante da turma. Logo nas primeiras observa-

ções, os alunos expressaram em suas *performances* temas como pobreza, alcoolismo e família - aparecendo a mãe como protagonista, sustentando financeiramente a fratria, remetendo o pai como indivíduo secundário.

Demais questões também foram mencionados, sendo elas: homossexualidade, violência e drogas lícitas e ilícitas. No entanto, percebemos que o foco no trabalho do professor não foi aprofundar a discussão desses tópicos com os alunos, mas de observar postura, entonação da voz, corpo, gesticulação e marcação dos passos no tablado. Identificamos que o professor tem uma preocupação voltada para o aprendizado das técnicas teatrais, estando em plano terciário análises e reflexões daquilo que estava sendo 'performatizado' pelos alunos, ocorrendo, portanto, um rompimento entre técnica e abordagem social. Em uma das aulas, quando os alunos apresentavam um exercício teatral para o professor na abordagem de temas como o uso de drogas, observamos falta de discussão prévia sobre o porquê de se trabalhar esse assunto e a relevância no cotidiano do público. Em vez de elucubrar a urgência e incidência das substâncias psicotrópicas no cotidiano dos alunado, causando-lhes por vezes traumas e conflitos familiares, bem como as consequências do uso problemático de drogas, o professor direcionou a atividade para o uso do trabalho corporal, da entonação, da interpretação usada pelos alunos, no geral, atributos estéticos das artes cênicas.

É importante ressaltar que a valorização das técnicas teatrais para o ensino dessa arte é de fundamental importância, no entanto acreditamos que é parte integrante do ensino não formal a abrangência, sobretudo da reflexão crítica, uma vez que o professor nos afirmou que o foco do ensino de teatro no Ilhas não é a formação para o mercado de trabalho, mas o amadurecimento do exercício da cidadania. Desse modo, acreditamos que os pressupostos da educação não formal não se efetivaram na situação mencionada:

É importante afirmar que a educação não-formal exige uma atitude política do educador perante a realidade, pois, ao abrir novas perspectivas de ação, permite negar um certo determinismo que a visão histórica de longa duração possa sugerir. Ela pressupõe a constatação de que os grupos dominados não são passivos, mas, sim, capazes de engendrar reações aos processos de dominação, criando espaços de "resistência inteligente". Nesse sentido, encaramos as práticas da educação não-formal como passíveis de serem aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos, gerando oportunidades de crescimento individual e grupal pela participação em processo de transformação social engendrados por tais experiências educativas (SIMSON, PARK e FERNANDES, 2001: 18).

Como podemos perceber, o núcleo central dos espaços de aprendizagem teatrais oscila entre o pensado e o praticado. Imagetivamente, o professor busca aliar sua proposta de atividade ao exercício de reflexividade, de estranhamento e de cidadania para com os educandos. Em entrevista, Neruda responde que:

Têm como princípio a formação do cidadão e o ensino de teatro ajuda o aluno em sua relação com a sociedade, pois o teatro pode até não ter uma função imediata em sua vida, mas em alguma hora esse aluno vai usar o conhecimento que obteve nas aulas para enfrentar determinadas situações na sociedade.

Dando como exemplo as entrevistas de emprego, o professor ainda destacou como as aulas de teatro ajudam na fala e no controle da timidez. Podemos interrogar aqui se o próprio

professor não incorpora a filosofia financeira do projeto ou da sua trajetória de vida em seus exemplos próximos, embora seja perceptível uma tímida análise crítica dos conteúdos e da realidade. No entanto, percebe-se que, com frequência, a filosofia do “tem que fazer” é predominante em comparação à do “pensar como fazer”. Assim, os prazos estipulados pelo projeto, muitas vezes, suprimem as reflexões críticas sobre as ações elaboradas nas aulas de teatro, pois, em muitas de nossas observações, verificamos a preocupação de se produzir um material artístico para ser apresentado, mas deixando as reflexões sobre as temáticas elaboradas em segundo plano.

Quando indagamos sobre o comprometimento dos alunos nas atividades, percebemos reiteradamente a questão do cumprimento das “metas estipuladas” pela Fundação, ou seja, era necessário apresentar um trabalho no final do ano muito mais como forma de prestação de contas, para preenchimento de relatórios, do que como partilha de saberes interessantes para os participantes das atividades.

Muitas vezes temos que parar as atividades, para chegar junto do aluno que não está conseguindo pegar o texto ou personagem, e isso precisa ser feito, por que no final do ano quando eles tiverem em uma apresentação esse trabalho vai ser cobrado, por isso é necessário ter uma disciplina e muito comprometimento com a arte que ele escolheu fazer aqui no Ilhas (NERUDA).

Outro exemplo desta despreocupação com a reflexão pôde ser observada nos preparativos para uma apresentação do Grupo Fixo de teatro para a Semana Cultural. Na escolha de uma peça que dialogava com temas da cultura nordestina, em nenhum momento das nossas observações essa temática foi trabalhada de forma multidisciplinar, com caráter dialético. Acreditamos que o professor poderia ter estimulado os alunos a pensarem, por exemplo, sobre o que é ser cearense, o que caracterizaria a cultura da nossa região, quem determina o que é belo, feio, válido ou inválido, dentre outras questões. Na ocasião, o trabalhado assiduamente foi a questão do fazer teatral; o *savoir-faire*, que ficava na esfera da técnica, como por exemplo, a questão do “sotaque cearense”, muito enfatizado pelo professor, não na forma de elogio, mas de forma pejorativa, como uma expressão oral a ser refeita, minimizada; o comportamento adequado em palco; a responsabilidade que o ator deve ter com o seu público, entre outros. Realizando um recorte sobre o roteiro, a esfera crítica sobre a importância cultural, seus elementos, nuances, mudanças, adornos e simbolismos foi marginalizada.

Nas aulas de teatro, era ressaltada a questão do compromisso com a arte, da assiduidade nas aulas, do reforço à leitura e da busca de dar o melhor de si. Em entrevista, Neruda informou que, em suas aulas, sempre reforça essas questões, pois isso é inerente ao teatro, mas esses valores irão também ser relevantes na formação cidadã dos alunos. Percebemos também, nas falas do professor uma preocupação em estar se preparando para apresentações do grupo financiador. Essa reiterada postura, materializava a urgência de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, os alunos não poderiam relaxar, ou seja, serem livres para construir muito fora dos objetivos demarcados.

Buscamos pensar como cientistas sociais podem ser inseridos nos espaços de educação não formal, espaços estes que principiam saberes substantivamente diferentes dos conhecimentos intitulados ‘técnicos’. Entrementes, afirmamos que o “conhecimento poderoso” (YOUNG, 1971) presente nas áreas de saber especializado é válido, de grande importância na construção

da cidadania e no progresso científico, no entanto, ele sozinho não esgota a formação crítica do indivíduo.

É necessário se pensar de forma mais ampla, ou seja, acreditar na educação não formal como uma metodologia de ensino dilatada, que visa buscar a harmonia dessas duas habilidades do conhecimento, o técnico e o reflexivo-crítico, pois é nesta lacuna encontrada nas aulas de teatro, que podemos construir um caminho de inserção das Ciências Sociais no ensino não formal.

Considerações Finais

Compreendemos que o projeto pesquisado estabelece atividades pertencentes ao campo da educação não formal. O trabalhar dos conteúdos que estão afastados da ambiência normativa escolar, traduzidos no incentivo a formação artística e cultural dos partícipes, deveria “voltar-se para dentro”, inflexionando mais sobre a formação crítica dos educandos, já que sua proposta de ensino não formal traz um compromisso com a formação cidadã para além da escola, algo que promova um diálogo mais efetivo entre o ensino de técnicas profissionais e a formação crítica.

Este projeto [teatral] tem uma relação bem próxima com a educação formal e à formação profissional quando prioriza aos seus participantes um exercício de expressão corporal aliado a futura inserção no mercado de trabalho. Esse viés de prospecção depositamos substantivamente na agência financiadora da Fundação, Grupo HAPVIDA, em seu exercício de objetivação das metas a serem alcançadas. O grupo financiador representa uma das maiores corporações de venda em planos de saúde no Brasil, sendo o maior em número de clientes da região Norte e Nordeste. Conta também com uma folha salarial acima dos 16 mil funcionários (chamados de colaboradores). Toda essa dimensão empresarial não furta a Fundação Ana Lima da sua ótica mercadológica, já que a relação entre ambos é sobretudo financeira, de *habitus* empresarial.

A pesquisa nos fortaleceu a ideia de que as Ciências Sociais são importantes no cenário da educação não formal, sendo capaz de desempenhar um papel fundamental no aprofundamento de temas plurais com adultos, jovens e crianças. Desse modo, a atuação do cientista social, possivelmente o professor de Sociologia, em virtude das suas habilidades profissionais e científicas apreendidas no decorrer da graduação, alvitra a possibilidade de uma atuação qualitativa em variados espaços educativos, desde que esse profissional busque ampliar suas habilidades didáticas, curriculares e de aprendizado horizontal com seu público.

A exemplo de nossa análise do Ilhas, defendemos que o cientista social tem valência de atuação neste espaço (educação não formal) de forma plural, seja como assessores, consultores, docentes-facilitadores e/ou pesquisadores. Na Fundação Ana Lima poderíamos nos situar na elaboração de políticas públicas que dialogam com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como o Estatuto da Juventude, cristalizando ações pautadas nos direitos e deveres socioculturais pertencentes a cada cidadão. Estaríamos também aptos em participar dos momentos de planejamentos, dando um olhar mais sociológico, de estranhamento, pondo sobre novos termos assuntos já estabelecidos socialmente. Poderíamos ser tutores, facilitadores dos programas já existentes e/ou ampliando as atividades e suas finalidades. É mister destacar que dentre todas as viabilidades de atuação, algo singular se faz presente: o urgente trabalho de ges-

tação de indivíduos críticos, reflexivos capazes de desenvolver a ‘imaginação sociológica’ e empenhados em modificar o meio em que vivem.

Nossa proposta de inserção no ensino não formal é pensada a partir das contingências observadas em campo. Percebemos que, assim como a educação não formal pode ser trabalhada com uma amplitude de temáticas e metodologias, quando a comparamos com as esferas de conhecimento que as Ciências Sociais podem proporcionar para educação de crianças e jovens, pode haver uma colaboração profícua com as ações já elaboradas tanto neste tipo ensino quanto no ensino escolar formal. Portanto, nossa proposta não foi apenas observar as práticas de forma crítica ou as ações já realizadas por esse ensino, mas sim contribuir reflexivamente para a continuidade dessa formação cidadã. 🌐

NOTAS

*Estudantes do 10º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

[1] Este trabalho foi produzido a partir da disciplina de Prática de Formação VI, ministrada no Curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no primeiro semestre de 2014.

[2] Frase retirada do Projeto Político Pedagógico do projeto Ilhas (2013: 5).

[3] No Projeto Ilhas, em todas as suas sedes de trabalho, os Laboratórios de Artes são disciplinas obrigatórias para todos os níveis e, “como principal característica, temos aulas semanais de todas as diversas linguagens disponíveis na Instituição e previstas neste documento, sob o acompanhamento profissional de um artista da área específica com experiência didática e de mercado. Como objetivos institucionais para estas disciplinas, temos a identificação, a compreensão, a conscientização e o estímulo a aplicação das diversas linguagens oferecidas, nas diferentes sedes, tanto como fonte motivacional, disciplinar, física, emocional e cognitiva no meio educacional formal, não-formal e informal, quanto no meio social, constituindo-se como instrumentos na formação do indivíduo pelo véis da cidadania crítica, da autonomia e da solidariedade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013: 26).

[4] No Projeto Ilhas, os Grupos Fixos “são encontros obrigatórios para grupos específicos de alunos, oriundos dos diferentes níveis, de acordo com suas aptidões e interesses e, como principal característica, temos ensaios semanais de todas as diversas linguagens disponíveis na Instituição e previstas neste documento, sob o acompanhamento profissional de um artista da área específica com experiência didática e de mercado, transformando as apresentações oficiais, internas e externas, dos respectivos grupos em vitrines para os trabalhos e atividades da Fundação Ana Lima e do próprio Projeto. Como objetivos institucionais para esta disciplina, temos a compreensão, a conscientização, o aprofundamento, a qualificação e a aplicação das diversas linguagens oferecidas, nas diferentes sedes, dentro do rigor técnico e artístico necessários a formação do indivíduo, ao despertar de novos talentos e ao aperfeiçoamento de talentos já despertados pelo véis da arte, contemplando também a ética, a responsabilidade, o compromisso e a perspectiva de futuro, além da cidadania crítica, da autonomia e da solidariedade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013: 28).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hemetério Segundo P. **Projeto Formar: uma experiência em educação não-formal**; Monografia de Especialização em Arte e Educação. Centro Federal de Educação Tecnológica; Fortaleza, 2007.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN**. Introdução ao ensino médio. Brasília: MEC, 1996.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o fundo social: para que serve o ensino de Sociologia** – Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências/Gonçalves. Pontes Editores, Campinas, 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Fundação Ana Lima** – Projeto Ilhas/ NE. 2013

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. PARK, Margareth Brandini. FERNANDES, Renata Siqueira. (org) **Educação não-formal cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SIQUEIRA, Ligia Aire Moraes e LOPES, Marcelo Leandro P. **Evolução histórica do conceito de cidadania e direitos humanos**.

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.5/GT5_12_20>02.pdf>

YOUNG, M. **Knowledge and control: new directions for the Sociology of Education**. London: Collier Macmillan, 1971.

Recebido em 19/03/2016

Aprovado em 20/10/2016